

ROMERO, Sílvio. *A literatura brasileira e a crítica moderna*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1880.

\_\_\_\_\_. *Minhas contradições*. Bahia: Livraria Catilina, 1914.

\_\_\_\_\_. *Machado de Assis: estudo comparativo da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio: 1936.

\_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. 5v.

SANTIAGO, Silvano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: \_\_\_\_\_. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. Apesar de dependente, universal. In: \_\_\_\_\_. *Vale quanto pesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: \_\_\_\_\_. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

VERÍSSIMO, José. Machado de Assis. In: \_\_\_\_\_. *Estudos de literatura brasileira*. 6ª série. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

## “A vida e os prêmios que ela comporta”: darwinismo social e imaginação literária no Brasil

Luciana Murari\*

**RESUMO:** No período entre as duas últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, o darwinismo social foi uma das doutrinas científicas mais difundidas no Brasil. Mais do que um corpo articulado e coerente de idéias, constituiu-se sobretudo em uma visão de mundo, baseada em um conjunto de assertivas bastante amplas e imprecisas. Essas davam margem a um uso generalista da teoria, capaz de ser aplicada às mais diferentes situações, e que implicava uma determinada concepção do sentido da história. A retórica darwinista foi incorporada por diversos escritores brasileiros. Alguns deles, como Euclides da Cunha, Affonso Arinos, Rodolpho Theophilo e Mário Guedes, aplicaram as idéias gerais da doutrina na interpretação dos conflitos sociais e da relação do homem brasileiro com a natureza do país. Outros, como Machado de Assis e Lima Barreto, viram o darwinismo por um olhar crítico e satírico, apontando sua trivialidade e seu caráter egoísta, amoral e agressivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Palavras-chave: Darwinismo social, literatura brasileira, intelectualidade, racismo científico.

**ABSTRACT:** In the last decades of the 19<sup>th</sup> century and in the first one of the 20<sup>th</sup> century, Social Darwinism was one of the most popular scientific theories in Brazil. It did not consist of an integrated and coherent body of ideas, but it was best described as a commonplace view based on very broad and imprecise assertions. Its generic principles gave origin to a generalised use of the theory, being applied to the most diverse situations. The Darwinist rhetoric, which implied a conception of history, was adopted by many Brazilian writers. Some of them, such as Euclides da Cunha, Affonso Arinos and Rodolpho Theophilo, incorporated its most general ideas so as to explain social conflicts and the relationship between man and nature in Brazil. On the other hand, Machado de Assis and Lima Barreto saw

\* Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Darwinism through critical and satirical lenses, making its triviality clear as well as the egoistic, amoral and aggressive character of its ideological meaning.

KEYWORDS: Social Darwinism, Brazilian literature, intellectuals, scientific racism.

### “Patos, gansos, galinhas, pequenos e grandes”

A trajetória do personagem central do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, publicado por Lima Barreto em 1911, pode ser definida como uma expressão do movimento da elite culta brasileira em sua veia nacionalista, a partir do romantismo. De início, a exaltação patriótica de Policarpo Quaresma parece anacrônica, baseada no elogio à natureza e ao indígena, que responde pelos aspectos mais delirantes e obsoletos de seu entusiasmo nacionalista. Depois da recepção escarninha e humilhante de seu requerimento pela adoção do tupi como língua nacional, Quaresma assume uma nova causa, doravante resolvido a demonstrar a excepcional feracidade das terras brasileiras. Sua conversão em empreendedor rural o alinha com os típicos intelectuais reformistas do início do século XX brasileiro, em seu entusiasmo pela tecnologia, em seu reformismo voltado para a superação do atraso social, em sua crença na modernização produtiva pela via científica<sup>1</sup> – desde que, segundo Quaresma, as inovações não representassem nenhuma injúria à honra nacional, como seria o caso de usar adubos no “país mais fértil do mundo.” (Barreto, 1993, p.104) Em seu cotidiano de homem do campo, depois do penoso trabalho de capina, Quaresma se comprazia em jogar migalhas de pão às aves pela janela que dava para o galinheiro e observar o resultado:

Acabado o jantar, Quaresma chegava à janela que dava para o galinheiro e atirava migalhas de pão às aves. Ele gostava desse espetáculo, daquela luta encarniçada entre patos, gansos, galinhas, pequenos e grandes. Dava-lhe uma imagem reduzida da vida e dos prêmios que ela comporta. (ibidem, p.79)

<sup>1</sup> O movimento ruralista, com o qual o projeto de Quaresma parece afinado, desenvolveu-se nas primeiras décadas do século XX como uma ideologia política defendida por agentes sociais ligados à agricultura, reunidos a partir da tese da “vocação agrícola brasileira”. Apesar de abarcar grupos defensores de interesses diversos, sua plataforma invariavelmente defendia a diversificação da produção agrícola, a pesquisa científica e a modernização tecnológica (Mendonça, 1997).

A prosaica observação convertia-se em “espetáculo”, e assumia, aos olhos de um homem ilustrado como Quaresma, um significado subjacente, proporcionando a ele inferir um sentido para a vida, a partir da lógica darwinista da luta pela sobrevivência e da vitória do mais apto. O caráter corriqueiro da cena, que contrastado com as elevadas ilações que ela suscitava revela a intenção paródica do autor, diz muito sobre a generalidade e o amplo alcance que o darwinismo adquiriu entre a elite culta brasileira, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX. Neste artigo, pretendemos identificar a presença do darwinismo social, em algumas de suas principais derivações, na produção literária brasileira desse período, compreendendo a comunicação entre ciência e literatura, seus significados peculiares no contexto brasileiro da época e algumas de suas implicações ideológicas mais imediatas. Tomaremos como exemplos obras de escritores brasileiros de diferentes origens, inserções sociais e posições políticas, mas que igualmente encontraram na adoção da hermenêutica darwinista uma forma de compreender a realidade, interpretar os conflitos sociais e atribuir sentido à dinâmica histórica.

Certamente, Lima Barreto é bastante arguto ao referir-se à doutrina como *um olhar* em direção ao mundo, um olhar distanciado, complacente e superior, orientado de cima para baixo. A adoção de uma perspectiva científica capaz de ressignificar o real, conceber uma idéia da dinâmica entre os seres e daí depreender um dado sentido à história, é característica da formação intelectual generalizante e eclética da intelectualidade brasileira no período pós-1870, a partir do qual são introduzidas no Brasil as modernas doutrinas filosóficas da Europa novecentista. Essas teorias podem ser definidas, genericamente, como naturalistas, à medida que se baseavam no princípio da unicidade dos fenômenos naturais e humanos. Os naturalismos eram instrumentos intelectuais excepcionalmente poderosos e abrangentes, que permitiam depreender leis genéricas capazes de abarcar a totalidade dos fenômenos,

dispensando a tradição, a transcendência e as considerações morais.

A natureza é tomada como o único princípio organizador da realidade, o que conduzia essas doutrinas a adotar uma ética relativista submetida às leis científicas, e uma apreciação totalmente empirista do mundo fenomênico. Convertidos em visão de mundo, os preceitos científicos naturalistas adquiriram notável generalidade e autoridade suficiente para abarcar todo o universo factual, doravante compreendido segundo leis que configuravam uma dinâmica auto-regulada, tendendo espontaneamente ao equilíbrio. Como os sistemas sociais comportavam-se segundo leis naturais, os principais agentes da mudança eram as forças inconscientes e inelutáveis da natureza, sendo negado à individualidade qualquer papel na história, em sua marcha em direção ao progresso. O mais notável aspecto das doutrinas naturalistas era sua capacidade de sintetizar todo o real, o que conduziu o cientificismo a criar grandes sistemas de síntese e exegese (Barros, 1986; Candido, 1988b; Wehling, 1994).

As teorias científicas tornaram-se, desde então, parte do senso comum entre as camadas educadas da população, dotadas de acesso à imprensa e aos livros, que passavam a dispor de um leque de informações diversas que englobavam diferentes determinismos, relacionados sobretudo à dinâmica social, a variáveis étnicas e relativas ao meio físico-social.<sup>2</sup> De qualquer maneira, cientificismo, positivismo, darwinismo, spencerismo, evolucionismo, monismo – o “cinematógrafo de ismos” a que se referia Sílvio Romero – forneciam ao cidadão medianamente culto uma série de ferramentas discursivas aplicáveis às mais diversas situações, como exemplifica Lima Barreto a partir de um ato trivial que poderia parecer de todo carente de significado. Diferenças teóricas e político-ideológicas importantes foram muitas vezes obscurecidas pelo uso equívoco e genérico dos vários conceitos e doutrinas científicas em circulação, o que torna temerosa qualquer tentativa de buscar filiações definitivas entre autores e escolas. O me-

<sup>2</sup> Mesmo uma área aparentemente muito específica como a criminologia, surpreendente consórcio entre o direito e a psiquiatria estabelecido nas últimas décadas do século XIX consagra-se ao interesse da opinião pública ao buscar as origens das transgressões da ordem e dos comportamentos anti-sociais. É o que testemunham artigos informativos sobre o tema, publicados na imprensa, como o de Orlando (1975).

<sup>3</sup> Ainda em vida, Spencer (1880) veio a público declarar a dissociação de sua filosofia de qualquer doutrina que defendesse a guerra entre povos como motor do progresso social. Segundo ele, embora a luta entre grupos selvagens tenha contribuído para a eliminação de etnias inaptas em fases iniciais da evolução humana, a sociedade industrial seria incompatível com o belicismo, que caracterizaria o retorno à barbárie e o início de um ciclo involutivo. Isso conduzia o teórico a condenar, portanto, a militarização relacionada à expansão imperialista da Inglaterra, a mais evoluída sociedade industrial da época (cf. Becquemont & Mucchieli, 1998, c.VII e VIII, p.I).

lhor exemplo disso é que o liberalismo, por natureza contraditório com alguns dos princípios fundamentais das correntes naturalistas, foi diversas vezes mesclado a elas na obra de alguns autores fundamentais para a vida intelectual brasileira do período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX (Barros, 1986).

Dentre as tendências intelectuais mais influentes no Brasil, sobretudo a partir da última década do século XIX, está o darwinismo social, amplo conjunto de doutrinas criadas a partir da popularização da teoria da seleção natural, e sua extensão à interpretação das culturas e sociedades, compreendidas, a partir daí, por meio do exame de suas condições naturais. Antes mesmo de Darwin, Herbert Spencer havia já forjado um *primeiro darwinismo social* que envolvia a noção da sobrevivência do mais apto a partir da competição e da seleção, submetendo a hierarquia social à ordem da natureza. A diferença é que a ênfase de Spencer estava na idéia da concorrência entre indivíduos como motor da civilização, e não entre grupos sociais, sobretudo entre raças, como o *segundo darwinismo social* passou a defender (Becquemont, 1992). Mais comumente, em razão da assimilação da teoria da evolução natural de Darwin às teorias evolucionistas já em voga, as versões spencerista e darwinista do evolucionismo tenderam a se confundir, e o primeiro a ser tomado pelo segundo, sobretudo a partir da década de 1880 – para desespero do estritamente individualista e antimilitarista Herbert Spencer. (Becquemont & Mucchieli, 1998).<sup>3</sup>

Utilizaremos aqui o termo “darwinismo social” em seu sentido amplo, compreendendo ambas as tendências, já que esse procedimento é de uso mais corrente. A partir do momento em que a ênfase das teorias evolucionistas desviou-se da luta entre indivíduos para a luta entre grupos sociais, a ciência racial tomou forte impulso, já que a diversidade das espécies era traduzida como a diversidade entre *etnias*, grupos sociais definidos a partir de características orgânicas, culturais e sociais. Decerto, uma das derivações mais prolíficas do social-darwinismo foi o racismo

científico, caracterizado por idéias como: a desigualdade essencial entre as raças humanas; a supremacia da raça branca, tida como a única capaz de assimilar a moderna civilização, a ciência e a tecnologia; a condenação da mestiçagem, definida como fator de degeneração; a hierarquização das sociedades e dos estratos sociais de acordo com sua composição étnica; a negação do indivíduo como sujeito da história, dada sua incapacidade de superar as determinações hereditárias impostas por sua formação racial; a centralidade do fator étnico na condução da vida social; a assimilação das identidades nacionais européias a lentos processos históricos de formação de sub-etnias da raça branca, que respondiam pelas peculiaridades físicas e culturais das diferentes nações. As teorias raciais tinham uma clara implicação política, uma vez que assumiram um papel de legitimação do processo de expansão européia pelos territórios africanos e asiáticos, durante a era do imperialismo.

De fato, no pensamento europeu do período entre as duas últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, as teorias raciais de extração social-darwinista, baseadas na idéia da concorrência entre etnias como motor da evolução da humanidade, adquiriram imensa difusão e popularidade. “Peculiar amálgama de ciência, política e cultura” como definiu Said (1996, p.239) as teorias raciais devotaram-se de modo quase unânime a elevar os países europeus, ou melhor, os “povos arianos”, à condição de conquista das demais regiões do globo, por sua pretensa superioridade de fundo simultaneamente biológico, moral e cultural. A teoria racial tomava as diferenças entre os grupos humanos como dados extremos e insuperáveis, à medida que, deslocando a análise social para as origens, definia o homem a partir de características pretensamente essenciais (ibidem, p.238)

A teoria das raças é tanto uma teoria da alteridade, à medida que constrói uma ideologia da inegável fragilidade dos povos submetidos ao poder europeu, virtualmente incapazes de progredir por si sós, quanto uma teoria da identidade, à medida que participa também da criação do

discurso nacionalista, atribuindo a cada nação européia um processo de formação histórica que, um tanto surpreendentemente, toma a existência de uma comunidade cultural e lingüística como pressuposto para a criação de uma homogeneidade biológica capaz de definir identidades raciais complexas e estáveis. (Todorov, 1993).

Quando Policarpo Quaresma faz referência à “odiosa catadura que Darwin achou nos mestiços”, e que ele não encontrou (Barreto, 1993, p.109), está de fato citando um verdadeiro lugar-comum da época. O fenômeno do cientificismo e, dentro dele, do social-darwinismo e do racismo científico é particularmente curioso porque adquiriu a forma de um discurso capaz de referenciar os fatos da natureza e da sociedade segundo determinados paradigmas e conceitos bastante amplos e mesmo genéricos, muitas vezes tornados acessíveis a uma camada social letrada por meio de obras de vulgarização que difundiam os preceitos da ciência a um público extenso. Analisando o pensamento evolucionista, torna-se possível compreender como, a partir da observação de um fato único e aparentemente banal, foi possível a Policarpo Quaresma depreender o princípio geral “da vida e dos prêmios que ela comporta”. Esse conhecimento científico difundiu-se pelas instituições de ensino e de pesquisa do país,<sup>4</sup> mas ao mesmo tempo teve sua repercussão imensamente favorecida pela imprensa, que publicava resenhas de livros científicos, muitos deles não lançados no Brasil, ou artigos de divulgação e síntese escritos por intelectuais brasileiros entusiastas da revolução cientificista, além de tornar-se espaço para a polêmica teórica, doutrinária ou voltada para a aplicação dos princípios científicos à realidade do país. A imprensa era também o espaço de combate dos “novos”, ou seja, os intelectuais cientificistas, contra os defensores do pensamento tradicional, eclético e metafísico.

Como ciência e ideologia, darwinismo e darwinismo social são inseparáveis.<sup>5</sup> O darwinismo social pode ser compreendido como um conjunto de idéias direcionadas à interpretação das teorias evolucionistas no contexto social.

<sup>4</sup> Sobre cientistas, instituições e a recepção do darwinismo no Brasil, ver Schwarcz (1993).

<sup>5</sup> Definir o darwinismo social como uma interpretação desautorizada, errônea e simplista da teoria de Darwin compromete a percepção da continuidade entre a obra do cientista e sua versão sociológica. As atuais interpretações ressaltam, ao contrário, o papel fundamental de Darwin na criação e difusão da visão de mundo darwinista social (Young, 1985a; Williams, 1997).

Há diversas versões da doutrina, baseadas na idéia de que a natureza é regulada por leis biológicas, estando as sociedades humanas inseridas na dinâmica evolutiva observada entre as espécies animais. O darwinismo social toma como ponto de partida a existência de um desequilíbrio entre as necessidades do homem e sua capacidade de atendê-las segundo sua capacidade produtiva e os recursos disponíveis no meio, o que denota a inegável influência do pensamento malthusiano. Parte-se da idéia de que a espécie humana comporta hierarquias naturais segundo distintas habilidades físicas, psíquicas e comportamentais, que por sua vez definem diferentes capacidades de aprimoramento, geralmente associadas à variável étnica. Nesse contexto, as raças humanas, equivalentes às espécies, são caracterizadas não apenas a partir de seus traços físicos, mas também por traços psicológicos peculiares e diferentes formas de vida em sociedade. Movidos pelo instinto que os reconduzia à sua condição natural, os homens apenas agiriam em conformidade com as determinações de seu meio físico-social e de sua constituição biológica (Becquemont, 1992).

O que o darwinismo social acrescentou à teoria de Darwin foi a extensão do determinismo biológico para a vida social e as características psíquicas dos grupos humanos, pois tanto a história quanto a natureza humana eram descritas a partir dos processos de adaptação ao meio, seleção natural e hereditariedade. Segundo as teorias darwinistas sociais, a desigualdade natural entre os grupos humanos conferiria a eles diferentes potenciais de sobrevivência, o que, num ambiente de escassez, tornaria inevitável a competição pelos recursos disponíveis. Esse processo, consagrado pela expressão *struggle for life*, conduziria inevitavelmente ao progresso, por meio da sobrevivência dos mais aptos e mais adaptados ao meio e da eliminação dos inaptos. Enquanto isso, os traços biológicos que configurariam vantagens seriam transmitidos pelos sobreviventes por herança genética, mantendo as desigualdades. Mediante esses processos de seleção e de herança, seriam criadas novas espécies e novos grupos humanos, ao passo que ou-

tros desapareceriam, o que conduziria a uma evolução constante do mundo natural e social, onde apenas os indivíduos e grupos superiores seriam capazes de sobreviver às pressões do meio físico e da concorrência vital. A luta pela vida impunha, portanto, a adaptação dos mais fortes às condições ambientais, ao mesmo tempo que eliminava os mais fracos, derrotados na disputa pelos recursos disponíveis (Young, 1985a).

Como demonstrou Hawkins (1997), o darwinismo mostrou-se extremamente poderoso como instrumento retórico, devendo seu longo alcance e generalização ao caráter persuasivo e flexível da teoria. Segundo ele, isso se deve à existência de vários elementos de indeterminação na própria teoria da evolução orgânica, que deram margem a incertezas que só contribuíram para sua vulgarização, ao deixarem espaços em branco a serem preenchidos segundo as preferências do intérprete. Um dos mais notáveis desses pontos de imprecisão na teoria gira em torno da idéia de luta pela existência: não há um mecanismo único para descrever a condução do conflito, que pode ser tomado como estado permanente de guerra, disputa mais ou menos violenta ou batalha meramente ideológica, segundo um presumível abrandamento da violência social ao longo do processo de modernização e racionalização social. Juntamente com isso, seus mecanismos de argumentação e sua incorporação da idéia de conflito permitiam diferentes usos retóricos e interpretações da teoria.

Um exemplo disso é que se partia do princípio de que a ordem social era um mero reflexo das leis naturais, criou-se um amplo universo de analogias entre sociedade e natureza: raças humanas equivaleriam a espécies naturais; mulheres, crianças, loucos, criminosos e homens do campo correspondiam a selvagens, inferiores na ordem evolutiva; a guerra seria a expressão da luta entre concorrentes pelos recursos escassos do meio físico-social; as sociedades seriam análogas aos organismos biológicos, assim como os indivíduos são assimilados a células, e estratos sociais a diferentes órgãos do corpo (Hawkins, 1997).

A linguagem darwinista é essencialmente metafórica, em sua busca de imagens capazes de conectar a evolução biológica e a dinâmica das sociedades. A incerteza em que a condição humana é lançada por essa visão de mundo contribuiu para que as doutrinas da luta pela vida fossem adotadas pela imaginação literária, o que se deve, certamente, às próprias oscilações da teoria e ao caráter fluido e instável de seus pressupostos. Embora possa parecer fundamentada por leis gerais que configuram regularidades, a teoria darwinista mostrou-se particularmente estimulante para a imaginação literária por deixar inúmeros graus de liberdade na apropriação do conhecimento, e por fundamentar-se em idéias extremamente amplas, que partiam de pressupostos que não podiam ser imediatamente verificáveis (Morton, 1984).

O darwinismo social não chegou a constituir, em si mesmo, uma teoria política coesa, embora tenha embasado várias delas. O elemento mais importante a ressaltar, nesse caso, é que a idéia de competição pela sobrevivência adquiria, dentro da lógica social-darwinista, um caráter amoral, que permitia que o conflito social e as situações de desequilíbrio fossem compreendidos não como origem de instabilidade social ou de decadência, mas como elemento impulsionador do progresso, o que adicionava à doutrina uma lógica finalista que a tornava pretensamente imune a qualquer julgamento. De fato, o princípio do aprimoramento contínuo da civilização acrescenta um elemento de otimismo num pensamento que distancia as leis da natureza de qualquer princípio divino, e que, portanto, defronta-se freqüentemente com uma natureza indiferente aos propósitos humanos, e com uma barbárie intrínseca à competição pela sobrevivência, ilimitada e sem pudores éticos (Young, 1985b).

A inexorabilidade dá o tom do discurso darwinista, que faz a ordem instituída parecer a única possível. Na moderna sociedade industrial, os elementos desviantes da ordem, os fracos e inadaptados, eram interpretados como a sobrevivência de indivíduos e grupos característicos de períodos

evolutivos já superados pela humanidade, e inevitavelmente condenados ao deperecimento. Isso, é claro, não é um resultado do darwinismo, mas de sua adaptação a valores sociais e políticos já estabelecidos anteriormente, e que ganhavam assim legitimidade científica (Hawkins, 1997).

O darwinismo social possui, ao mesmo tempo, um forte conteúdo normativo, pois define simultaneamente *como se organiza* a ordem natural e social, e *como deve ser* sua dinâmica ao longo da história, concebida a partir de uma noção linear de tempo e de uma idéia de ordem e hierarquia (Young, 1985a). Qualquer tentativa de minorar o sofrimento humano era tida como entrave ao desenvolvimento social, o que difundiu a idéia de *self-help*, ou seja, de que a cada indivíduo ou grupo social é dada uma determinada capacidade de sucesso na luta pela vida, de acordo com suas próprias condições de adaptação ao meio.<sup>6</sup> Lima Barreto utiliza o termo, clichê dos mais assíduos nos discursos de coloração darwinista social, para fazer uma crítica mordaz à política de estímulo à imigração adotada pelo governo brasileiro, sobretudo a partir da última década do século XIX. Em conversa com um pobre sitiante vizinho de Policarpo Quaresma, a curiosa Olga ouviu dele: "Nós não tem ferramenta... isto é bom para italiano ou 'alamão', que governo dá tudo... Governo não gosta de nós".

A idéia que isso desperta na interlocutora foge aos esquemas preestabelecidos e parece bastante perturbadora, à medida que extrapola o campo da observação das leis da natureza e passa a invocar escolhas políticas. Ela tenta inutilmente ignorar a queixa do pobre Felizardo, mas acaba concluindo com um paradoxo: "Ela voltou querendo afastar do espírito aquele desacordo que o camarada indicava, mas não pôde. Pela primeira vez notava que o *self-help* do Governo era só para os nacionais [...]" (Barreto, 1993, p.103). Explorando o conceito a partir de seu contrário, ou seja, de um exemplo de intervencionismo estatal que é também um exemplo de discriminação, Lima Barreto demonstra o processo de marginalização do trabalhador pobre, geralmente negro ou mestiço, na sociedade da

<sup>6</sup> Essa idéia foi particularmente difundida pela versão spencerista do evolucionismo, de caráter liberal e antiestatista. Embora realmente não se preocupasse em minorar o sofrimento das classes baixas, o *segundo darwinismo social* deu origem a doutrinas que não afastavam as possibilidades de intervenção sobre a sociedade, como é o caso, por exemplo, da *eugenia*, derivação da teoria das raças que defendia a regulação dos matrimônios, no sentido do controle da qualidade física e mental das populações (Drouard, 1995).

Primeira República, expondo ao mesmo tempo o vazio de um discurso que ajudava a manter o *status quo* em nome de preceitos incertos e facilmente manipuláveis, conforme o gosto do intérprete.

### “O caráter conservador e benéfico da guerra”

Machado de Assis, observador arguto do movimento intelectual brasileiro, registrou em crônica de 1879 (Assis, 1955, p.242) a crescente influência das correntes científicas naturalistas na literatura brasileira, ainda que tivesse ressaltado que o movimento não possuía ainda naquele momento características bem estabelecidas, definindo-se apenas por sua decisiva ruptura com a tradição romântica: “A nova geração freqüenta os escritores da ciência; não há aí poeta digno desse nome que não converse um pouco, ao menos, com os naturalistas e filósofos modernos”. Ao mesmo tempo, o escritor adverte os novos contra o risco de pedantismo, pois, num contexto de renovação dos paradigmas intelectuais, a mera enunciação de teorias e autores conferiria ao literato uma clara superioridade em relação a seu público, possivelmente não tão atualizado nos modismos científicos. Daí, a clássica sentença: “a verdadeira ciência não é a que se incrusta para ornato, mas a que se assimila para nutrição; e que o modo eficaz de mostrar que se possui um processo científico, não é proclamá-lo a todos os instantes, mas aplicá-lo oportunamente” (Assis, 1955, p.243). A admoestação de Machado de Assis não poderia ser mais oportuna, pois realmente a geração científica não pode escapar do rótulo de “novos ricos da cultura”, que lhes pespegou Candido (1988a, p.30), em referência a seu gosto pela exibição retórica de conceitos, teorias e autores, pelo personalismo de suas disputas, pela indiferença ante o público, pela carência de projetos consistentes de intervenção social.

Atento à marcha crescente do cientificismo entre a elite brasileira, Machado de Assis mostrou-se um de seus mais hábeis e mais ferinos comentadores, adotando para

si mesmo o princípio da assimilação e da aplicação oportuna dos modelos teóricos. O resultado disso foi uma visão cáustica do discurso cientificista, mais conhecida por meio da doutrina do *humanitismo*, síntese burlesca das correntes científicas então em voga no país, sobretudo o evolucionismo.<sup>7</sup> O alvo da sátira machadiana era, de fato, a justificação do egoísmo social e do egocentrismo promovida pelas doutrinas cientificistas, (Gledson, 1991, p.142) somada a sua pretensão desmedida e a sua percepção amoral da realidade, em flagrante desacordo com valores culturais, princípios éticos e maiores considerações de ordem subjetiva e individual.

Veja-se, por exemplo, a reação de Quincas Borba, criador do *humanitismo*, diante da morte de Eulália, noiva de Brás Cubas, vitimada por uma epidemia de febre amarela: a seu ver, do ponto de vista da espécie as epidemias eram convenientes, pois a sobrevivência de alguns era o corolário da morte dos demais. O filósofo indagava ao amigo, em seguida, se a morte da noiva não despertava nele um “segredo encanto” pelo fato de haver ele sobrevivido à peste. A observação soa a Brás Cubas demasiado absurda para nem sequer ser comentada. Presunçosa e desprovida de valores, essa idéia descreve com perfeição a estratégia darwinista de buscar o fim último do progresso nos fatos da natureza, procedimento que está a um passo da legitimação da ação violenta do próprio homem, que assumiria fins evolutivos a partir do momento em que esse considerasse a si próprio o mais apto, e portanto agente do progresso.

Ainda em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, a luta pela vida assumiria maior dramaticidade na descrição da disputa de dois cães por um osso, “fato que aos olhos de um homem vulgar não teria valor”. Aos olhos do filósofo do *humanitismo*, contudo, a cena tinha uma beleza que despertava verdadeiro êxtase e uma alegria indisfarçável, ainda que isso não caísse bem a um filósofo. Ele observou, em seguida, que espetáculo até mais magnífico podia ser observado em lugares onde homens e cães disputavam entre si alimentos ainda menos atraentes, já que a inteli-

<sup>7</sup> Sobre as fontes filosóficas do *humanitismo*, ver Koch (2004, p.281-370).

gência acumulada pelo homem ao longo do tempo somava novos elementos à luta. Além disto, nesse caso a luta em questão envolvia espécies diferentes, e não indivíduos da mesma espécie (Assis, 2002, p.220-1).

Em *Quincas Borba*, o escritor continuaria a desenvolver a teoria, observando “o caráter conservador e benéfico da guerra”. O filósofo imagina a existência de duas tribos famintas e de um campo de batatas que seria suficiente para alimentar apenas uma delas. Em caso de guerra, a tribo vencedora, bem nutrida, poderia atravessar a montanha e chegar à outra encosta, onde as batatas seriam abundantes. Se, contudo, as tribos decidissem dividir pacificamente o alimento, nenhuma chegaria ao outro lado e ambas morreriam de fraqueza. Em suma, a paz conduziria à aniquilação, enquanto a guerra seria a garantia de sobrevivência. O escritor elabora, a partir daí, o célebre enunciado “Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas”, a mais sintética e eloqüente expressão da dinâmica darwinista na literatura brasileira (Assis, 1999, p.21).

Outra passagem de *Memórias póstumas de Brás Cubas* evoca um tema fundamental do pensamento científico do final do século XIX, tema esse que adquiriria uma de suas expressões mais extremas nas doutrinas do darwinismo social: a indiferença da natureza ante o sofrimento humano. Num acesso de delírio febril, o defunto-autor depara com a Natureza, ou Pandora, e visualiza a história humana na terra como uma sucessão de “flagelos e delícias”. “Aí vinham a cobiça que devora, a cólera que inflama, a inveja que baba, e a enxada e a pena, úmidas de suor, e a ambição, a fome, a vaidade, a melancolia, a riqueza, o amor, e todos agitavam o homem, como um chocalho, até destruí-lo, como um farrapo”. Tudo isso se refletia no rosto daquela que era, simultaneamente, “mãe” e “inimiga”:

Dizendo isto, a visão estendeu o braço, segurou-me pelos cabelos e levantou-me ao ar, como se fora uma pluma. Só então pude ver-lhe de perto o rosto, que era enorme. Nada mais quieto; nenhuma contorção violenta, nenhuma expressão de ódio ou ferocidade; a feição única, geral, com-

pleta, era a da impassibilidade egoísta, a da eterna surdez, a da vontade imóvel. Raivas, se as tinha, ficavam encerradas no coração. Ao mesmo tempo, nesse rosto de expressão glacial, havia um ar de juventude, mescla de força e viço, diante do qual me sentia eu o mais débil e decrépito dos seres. (Assis, 2002, p.26-7)

De fato, como no delírio de Brás Cubas, o darwinismo social conduz ao paroxismo essa imagem da natureza como força vital exuberante e impassível, o que levou Hawkins (1997) a defender a idéia de que essa visão de mundo caracteriza-se por uma relação dupla com a natureza: ela é tanto um modelo, cujo conhecimento deve ser aplicado para a compreensão das instituições sociais e para sua normatização de acordo com as leis naturais, quanto uma ameaça ao homem, devendo por isso ser temida e, se possível, evitada, dado seu poder destrutivo e sua absoluta indiferença em face da luta pela vida. Para compreender essa dimensão ameaçadora da natureza no pensamento darwinista, e as peculiaridades de sua presença na literatura brasileira, devemos ressaltar que as teorias evolucionistas previam a existência de três níveis distintos de luta pela vida. O primeiro deles é a luta de indivíduos da mesma espécie entre si, tal como descrito sobretudo pela obra de Herbert Spencer, fundador do evolucionismo. Em segundo lugar está a luta entre espécies diferentes, tema privilegiado por Darwin em sua teoria da evolução.<sup>8</sup> Em terceiro lugar, a luta poderia também envolver uma espécie, ou o conjunto das espécies de um determinado meio físico-natural, contra as condições de vida que esse oferece (Becquemont, 1992). Esse aspecto foi considerado pelas teorias evolucionistas de Spencer e Darwin, mas não teve maiores desenvolvimentos em suas obras.<sup>9</sup>

Na literatura brasileira, um claro exemplo da presença do darwinismo social, em sua vertente da disputa entre grupos humanos, é a interpretação da Guerra de Canudos por Euclides da Cunha. Em *Os sertões*, o escritor analisou a formação da etnia sertaneja por meio da teoria da “luta de raças”, desenvolvida pelo sociólogo polonês Ludwig

<sup>8</sup> Essas duas tendências refletem, como observou Williams (1997), o fato de que a sobrevivência do mais apto e a luta pela vida não precisaram ser realmente inventados pelo darwinismo: eram uma realidade muito próxima da experiência cotidiana da sociedade industrial inglesa, onde eram poucos os recursos disponíveis para a sobrevivência de uma numerosa população, o que embasava as idéias de “luta sangrenta” e “selva social”. Isso ajuda a explicar a popularidade adquirida pelas doutrinas darwinistas, participantes de um imaginário de horror, ameaça constante e medo.

<sup>9</sup> No caso norte-americano, a evolução social do país foi analisada, desde meados do século XIX, a partir da conquista de novas terras ainda despovoadas, com a expansão constante da fronteira de exploração econômica do território. Não por acaso, a idéia da luta contra o meio foi um tema importante do pensamento social naquele país, tendo sido desenvolvida por William Graham Sumner, que enfatizou, sobretudo, as relações do homem com o meio em que vive, e que é fonte de suas condições de sobrevivência (Bowler, 1993; Becquemont, 1992).

Gumplowicz. Na teoria de Gumplowicz (1940), darwinista social por excelência, o progresso humano dá-se por meio de uma dinâmica que envolve, sempre, o conflito entre distintas etnias. Por meio da guerra, o grupo mais forte submete a seus objetivos o grupo mais fraco, formando-se uma nova sociedade que reúne dominantes e dominados. Essa nova sociedade é tida como necessariamente superior às duas anteriormente existentes, já que o trabalho dos mais fracos possibilita à elite do grupo superior acumular riquezas e dedicar-se a seu desenvolvimento intelectual e artístico, o que impulsionaria o progresso social. A luta de raças conduziria sempre, portanto, à evolução da humanidade, ainda que seus meios fossem bárbaros.

Ao longo do tempo, do isolamento e da estabilização social, a convivência dos dois grupos produziria interesses, necessidades, hábitos e características culturais em comum, ao mesmo tempo que a mistura racial, inevitável entre dominantes e dominados, promoveria a formação de uma nova etnia, depois de um longo processo de estabilização. Isso não significaria, contudo, o término da “luta de raças”, pois, uma vez consolidada essa nova etnia, ela tenderia a unir-se em torno do ódio ao estrangeiro, o que perpetuaria o processo, ao impulsioná-la à guerra. A dinâmica histórica é, portanto, conduzida pela animosidade entre as raças e pelo desejo de submissão do outro, controle de maior território e posse de mais recursos naturais (Gumplowicz, 1940).

Esse modelo foi aplicado *ipsis litteris* por Euclides da Cunha para descrever a formação da sociedade sertaneja, o que teve importantes implicações sobre sua interpretação do conflito. Foi também pelas lentes da “luta de raças” que o escritor enxergou o choque entre esses sertanejos e os soldados republicanos. Em primeiro lugar, a teoria de Gumplowicz foi aplicada ao estudo da história do sertão. Segundo o escritor, os colonizadores de origem portuguesa que avançaram pelo território sertanejo entraram em conflito com os indígenas que o ocupavam, vencendo-os e submetendo-os. Por meio da inevitável mestiçagem

das duas raças formou-se uma nova sociedade. Os sertanejos “nasciam de um amplexo feroz de vitoriosos e vencidos”, e passavam a cooperar na atividade econômica pastoril (Cunha, 1985, p.167).

Isolados pelas condições do meio geográfico, teriam mantido a cultura característica dos seus primeiros habitantes, e consolidado ao longo de três séculos uma formação orgânica comum, mantendo-se imunes a influências externas. Isso teria dado origem a uma sociedade coerente e coesa, e a um homem etnicamente bem-definido, “um retrógrado, não um degenerado” (ibidem, p.177). Isolado no espaço e no tempo, o sertanejo constituiria “o cerne vigoroso da nossa nacionalidade” e “a rocha viva da nossa raça”, ou seja, um grupo racial *quase* totalmente estabilizado (ibidem, p.167, 559). Essa interpretação permite ao escritor explicar cientificamente a extraordinária resistência do sertanejo, “Hércules-Quasímodo”, ante as forças do exército republicano, o que se somava à observação da sua perfeita adaptação ao meio.

Segundo Euclides da Cunha, originários de regiões mais dinâmicas, onde o influxo de novas influências era constante, os grupos étnicos que formavam o exército republicano não teriam tido condições de consolidar suas características formadoras, mostrando-se mestiços incoerentes e instáveis, o que os teria colocado em desvantagem ante os defensores de Canudos. Para explicar a derrota final do sertanejo, o escritor substitui o critério racial por um critério cultural: apesar da solidez de sua formação orgânica e conseqüentemente do seu caráter, o homem do sertão havia parado no tempo, despreparado a civilização que, tecnologicamente superior, necessariamente o venceria. Reverte-se a noção de “superioridade racial” do sertanejo, em função de sua pretensa “inferioridade cultural”.

Essa não é, contudo, a única aplicação da teoria de Gumplowicz à análise da guerra em *Os sertões*. Na “Nota preliminar”, Euclides da Cunha enuncia com clareza: “A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável ‘força motriz da história’ que Gumplowicz, maior

do que Hobbes lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes”. Ou seja, a própria Guerra de Canudos é vista como uma “luta de raças”. O escritor já havia registrado que “o jagunço destemeroso, o tabaréu ingênuo e o caipira simplório serão em breve relegados às tradições evanescentes, ou extintas”, afirmando, logo em seguida, que a campanha de Canudos foi, “na significação integral da palavra, um crime” (Cunha, 1985, p.85-6). No entanto, apesar de reconhecer a barbárie da guerra, e condená-la, a idéia de que a retrógrada raça sertaneja estava inevitavelmente condenada à extinção pela imperativa expansão da modernidade acaba por neutralizar sua denúncia do extermínio da população de Canudos, como percebeu Luiz Costa Lima (1997, p.25).

Afinal, se seu desaparecimento era inevitável, a guerra apenas havia acelerado os fatos. Essa observação pode ser endossada pelo fato de que o escritor define a guerra como “um primeiro assalto” da civilização aos sertões, afirmando, em outro trecho, que “toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários” (Cunha, 1985, p.499). A posição de Euclides da Cunha não se afasta de Gumpowicz, para quem a luta de raças era “sempre civilizadora”, e acaba por vislumbrar um sentido último, e progressista, para a guerra de Canudos, dentro da melhor lógica darwinista. De outro modo, uma certa simpatia pelo sertanejo “rocha viva da nossa raça” e sua denúncia dos crimes da guerra colaram a *Os sertões* uma persistente ambigüidade, que tende a obscurecer o significado que o escritor atribui aos eventos históricos: uma “luta de raças” em que os “fracos”, ou seja, os sertanejos culturalmente “atrasados”, estariam inexoravelmente condenados a desaparecer ante o avanço da civilização.

Alguns anos depois da publicação de *Os sertões*, Euclides da Cunha continuou a desenvolver o tema do “esma-

gamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes”, vislumbrando a fragilidade do Brasil no contexto da expansão imperialista européia. Em alguns textos publicados em *Contrastes e confrontos*, o escritor inquietou-se com a suscetibilidade do país no contexto da dinâmica política mundial na era da expansão imperialista.

Em “A Arcádia da Alemanha”, o escritor contrasta o ritmo lento do desenvolvimento capitalista no Brasil com a expansão vertiginosa das forças produtivas na Europa e nos Estados Unidos. Ele toma como ponto de partida um minucioso inventário dos recursos naturais que poderiam, por meio das inovações técnicas desenvolvidas nas sociedades industriais, inserir o Brasil na dinâmica capitalista. Esses recursos restavam, contudo, inexplorados. Enquanto isso, os países europeus viviam processo contrário, expandindo-se inopinadamente, sob o impulso da tecnologia que multiplicava as forças produtivas em ritmo vertiginoso, mas que esbarrava, nas palavras do escritor, na limitação de seu espaço físico e de seus recursos naturais, a “clausura das fronteiras”: “De sorte que a nossa esplêndida mediocridade se lhes torna em perpétuo desafio, reprimindo-lhes a riqueza torturada e a plethora de forças que, na ordem econômica, caracteriza o moderno imperialismo” (Cunha, 1923b, p.33). Essa ameaça, ainda que verdadeira, acaba, no entanto, sendo refutada pelo escritor, uma vez que ele acreditava que a política externa da Alemanha ocupava-se, naquele momento, de interesses mais imediatos, tanto na própria Europa quanto na África.

Os temores do escritor mostram-se mais explícitos em “Nativismo provisório”, artigo em que claramente se condiciona a análise política a uma idéia de conflito entre raças. Pregando a conservação dos “atributos essenciais da nossa raça e dos traços definidores da nossa gens complexa”, o escritor defende, ao mesmo tempo, o incentivo à contribuição do imigrante branco dotado de “energia européia mais ativa e apta” (Cunha, 1923a, p.220). Na sua análise, entretanto, tal questão tem também um “lado sombrio”: “falta-nos integridade étnica que nos aparelhe de

resistência diante dos caracteres de outros povos”. Segundo Euclides da Cunha, o Brasil encontrava-se em uma condição de debilidade derivada de uma formação racial instável, ainda em curso, e que tenderia a promover a dispersão das diversas energias raciais que se punham em fusão. Esse fato tornar-se-ia particularmente inquietante a partir do momento em que se considerava “o pendor atual e irresistível das raças fortes para o domínio, não pela espada, efêmeras vitórias ou conquistas territoriais – mas pela infiltração poderosa do seu gênio e da sua atividade” (ibidem, p.223).

Restaria ao povo brasileiro, portanto, buscar um difícil equilíbrio entre a aceitação da colaboração do estrangeiro, dotado do conhecimento técnico-científico, e uma defesa da originalidade de suas características formadoras, da qual dependeria a manutenção de sua soberania política. Naquele momento, portanto, o autor considera necessário adotar “medidas que contrapesem ou equilibrem, a nossa evidente fragilidade de raça ainda incompleta, com a integridade absorvente das raças já constituídas” (ibidem, p. 224). Segundo ele, se não eram claras quais as políticas defensivas a serem adotadas contra a pressão da expansão européia, cabia rejeitar qualquer proposta que permitisse maior influência estrangeira na vida política nacional.

Nesse sentido, o pensamento de Euclides da Cunha parece dialogar com sua própria interpretação da guerra de Canudos. Como vimos, na luta entre os “sertanejos retrógrados”, mas não degenerados, contra os “mestiços instáveis do litoral”, havia prevalecido a superioridade da técnica e da cultura da moderna civilização que, um tanto contraditoriamente, era portada pela guerra. Esses mestiços brasileiros, capazes de esmagar as “raças mais fracas”, ou, no caso, as mais “atrasadas” do território brasileiro, estariam, no entanto, por sua vez, em situação de evidente “inferioridade” ante os povos europeus, étnica, biológica e culturalmente estáveis, munidos ainda de um poderio militar capaz de submeter povos ainda em formação aos

seus propósitos. A lógica que move o escritor reflete com nitidez a articulação entre o discurso da luta entre grupos humanos pelos recursos naturais necessários à sobrevivência, e um discurso político que justifica a ação imperialista por considerar simplesmente natural a uma nação como a Alemanha, “expandir-se, sistematicamente conquistadora, arriscando-se às maiores lutas” (Cunha, 1923b, p.34).

Observa-se, portanto, o caráter genérico e impreciso da retórica darwinista, capaz de, ao mesmo tempo, conferir sentido a uma briga de “patos, gansos, galinhas, pequenos e grandes”, e à política internacional. Resta saber se uma doutrina que tudo explica, servindo-se da linguagem da superioridade, da força, do conflito e da conquista, é realmente capaz de explicar alguma coisa. No entanto, o papel da “sociologia da luta” na condução dos rumos da história a partir do final do século XIX recomenda não menosprezar seu poder, senão analítico, retórico e ideológico.

### “Uma verdadeira saga da terra e da sua vitória sobre o homem”

Na literatura brasileira de extração naturalista-realista, adquire destaque o terceiro aspecto da luta pela sobrevivência previsto por Spencer e Darwin, referente à luta de uma espécie (ou o conjunto delas) de um dado ambiente contra as limitações que esse lhe impõe. Esse sentido da luta, pouco desenvolvido teoricamente pelos dois maiores expoentes do evolucionismo, foi amplamente representado no Brasil, mediante uma literatura que tem como tema recorrente a luta do homem contra a natureza do país. De fato, é peculiarmente excêntrica no panorama intelectual brasileiro a visão encomiástica de *Porque me ufano do meu país* – right or wrong, my country, de Affonso Celso (1900), em que parte significativa dos louvores ao Brasil está fundamentada na exaltação da grandiosidade e riqueza de seu meio físico.

Mais representativo da visão de sua época é outro livro bastante popular e também direcionado à formação

patriótica nas escolas, *Atravez do Brasil* – livro de leitura para o curso médio das escolas primárias, escrita por Bilac & Bonfim (1921). Ao contrário da obra de Affonso Celso, esse livro, dedicado ao exercício da leitura nos dois últimos anos da escola primária, propõe-se a ser uma “lição de energia”, dedicada a inculcar na infância o interesse pelo conhecimento do território e uma noção da força necessária para enfrentar os obstáculos impostos pela natureza brasileira à ocupação e exploração produtiva do território. Na longa travessia dos seus personagens principais, duas crianças que do Brasil urbano e litorâneo marcham pelo interior do Brasil, sucedem-se paisagens secas, caminhos pedregosos, desertos “sem sombra nem água”, entremeados por maravilhas naturais, florestas virgens, rios caudalosos, que antes de despertar admiração inculcam nas crianças profundo temor. O percurso aventureiro dessa viagem de iniciação pelo Brasil assume uma função moralizadora, ao preconizar a construção de um rico país do futuro a partir da luta pela superação das resistências naturais, imagem coerente com aquela que foi construída e intensamente explorada pelos intelectuais formados sob a influência do cientificismo.

Voltada para a vida rural, a literatura regionalista foi, certamente, o *locus* privilegiado da construção da idéia da luta do homem brasileiro contra as restrições do meio físico do país. O crítico Afrânio Coutinho (1990, p.197) definiu com perfeição esse fato, ao afirmar que “a literatura regional brasileira é uma verdadeira saga da terra e da sua vitória sobre o homem”. O próprio Policarpo Quaresma, em sua curta experiência no campo, desenvolve o tema, buscando na inovação tecnológica um meio de enfrentar as resistências do meio físico, e de superar uma aparente aversão da terra à presença humana. A intermediação da técnica é, contudo, um elemento praticamente inexistente nessa literatura voltada para as rudes comunidades rurais e a expansão da atividade econômica em direção a novas zonas de exploração. Pelo contrário, a precariedade dos instrumentos de que dispõe o homem em sua luta contra

o meio é essencial para a representação desses espaços. Mais que isso, na interpretação mais comum, as comunidades anacrônicas estariam fatalmente condenadas a ser destruídas pela modernidade, o que, aliás, fortalece a função de “registro etnológico” assumida pelo discurso regionalista. Apesar de lançar mão de um imaginário romântico do retorno sentimental à terra de origem, o olhar dirigido aos espaços rurais e naturais na literatura brasileira é, contudo, fundamentalmente modernizador e permeado pela “sociologia da luta”, direcionando-se para realidades regidas pelo acaso ou pela mão indiferente da “mãe e inimiga” natureza.

*Pelo sertão*, de Affonso Arinos, um dos maiores clássicos do gênero em sua fase realista-naturalista, pode ser tomado como modelo dessa perspectiva. O conto “Desamparados”, por exemplo, constrói-se a partir do contraste entre a beleza e a grandiosidade do cenário natural e a figura esquelética de um idiota que passava pelo caminho, e que assim parecia se diminuir mais ainda. O narrador põe-se, então, a acompanhá-lo, intrigado pela sobrevivência de um ser tão mofino, e inquirindo a razão de ter ele escapado às feras e às tempestades. O questionamento reflete espanto ante uma situação inesperada, pois torna-se nítido que, em sua visão, o mais plausível teria sido a aniquilação do fraco pelas forças inescapáveis da natureza. No desfecho do conto, o raquítico caminhante, observado com um misto de curiosidade e comiseração, encontra um ninho de perdizes ainda implumes, o que conduz o narrador à conclusão:

O ninho estava desamparado à beira da estrada e também o tinham poupado as enxurradas, em torrentes, nesse tempo de grandes chuvas, e as raposas em sua ronda da noite. Também os mesquinhos e desamparados encontram caricioso aconchego no seio largo da natureza infinita. (Arinos, 1898b, p.112)

Nessa mesma obra de Arinos há outro exemplo da presença de uma lógica darwinista subjacente, que pres-

supõe a luta, mas admite que a indiferença da natureza pode resultar em compaixão pelos fracos. O conto “A fuga” (Arinos, 1898a) narra a luta de um casal de escravos fugitivos para cruzar um rio em plena cheia e percorrer uma mata cerrada, durante uma tempestade. Enquanto isso, verdadeiros dramas de destruição e morte desenrolavam-se na mata, onde a enxurrada alagava abrigos, inundava ninhos e esmagava animais sob o peso dos galhos caídos. O casal de escravos, por sua vez, demonstrava “um esforço vivo e inteligente, terrível e heróico, [e] lutava contra a força esmagadora da natureza onipotente”. O prêmio pela vitória era, mais que a liberdade, a própria sobrevivência. No dia seguinte, enquanto o sol iluminava lentamente “o campo de batalha da véspera”, os escravos recebiam seus raios como “uma carícia de amor e piedade para os miserandos, um resplendor de vitória para os lutadores” (ibidem, p. 134). Encontraremos freqüentemente esse tema do terror da natureza, entidade ameaçadora e onipotente, na literatura sertanista, assumindo uma moral ambígua que oscila entre a glorificação da força do homem rude em sua condição de luta constante pela sobrevivência no meio hostil, e a idéia da suscetibilidade que o mostra sempre ameaçado pelos inúmeros perigos e caprichos da natureza, que outro grande expoente do regionalismo, Hugo de Carvalho Ramos (1950, p.36), definiu como “companheira, mas assassina, mas perfidamente traiçoeira”.

A luta de Policarpo Quaresma, no romance de Lima Barreto, para demonstrar a extraordinária fertilidade das terras brasileiras e, a partir daí, esboçar seu plano de salvação nacional pela agricultura desenrolou-se inúmeras vezes na literatura brasileira do período realista-naturalista. Talvez um dos exemplos mais eloqüentes seja o romance *Miragem*, de Coelho Netto (1926), publicado em 1895. Como Policarpo Quaresma, o personagem central do romance se inspira em uma visão idílica da vida rural, da existência “tranqüila e suave” provida pela abundância da natureza. Thadeu é, como Quaresma, um homem pouco afeito às lides rurais, mas que vislumbra na força da terra a

opção por uma vida regrada, abundante e redentora. No cotidiano do trabalho, no entanto, a “luta era terrível”. Na definição do escritor, a exuberância do meio tropical, antes que um manancial de riquezas, mostrava-se um estorvo, pela “força viva e inconstante da natureza”, obstáculo ao exercício da atividade agrícola que, ao contrário, exigia regularidade e previsibilidade. Decerto, depois de três meses de pesado trabalho físico na capina, o jovem viu todo o seu trabalho perdido por causa de uma chuva abundante que fez rebrotarem os vegetais agrestes. Exausto, Thadeu acabou por perder as esperanças, golfou sangue e, com a saúde arruinada pelo esforço excessivo, viu-se atraído por aquela a que havia dedicado todas as forças. “A terra vencera o homem”, define o narrador. O fato é que todas as futuras peripécias do personagem serão tocadas pelo seu sentimento de derrota e pelas seqüelas do trabalho exaustivo no campo, a que sacrificara inutilmente suas energias.

A terra...! Conhecia-a bem! Fora ela que o reduzira àquela miséria, que lhe arrancara o primeiro sangue, que o venceria formidavelmente quando ele tentara domá-la, tirando-lhe a braveza do maninho, limpando-a das ervas, destorvoando-a, revolvendo-a. Sentia-se vencido, incapaz de qualquer esforço: mole de corpo, quebrado de ânimo. (Coelho Netto, 1926, p.232)

A trajetória de queda do personagem, a partir de sua derrota na “luta terrível” contra a terra, dá a medida do tom dramático e freqüentemente sombrio da representação das relações entre o homem e a natureza, na literatura brasileira do período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A ênfase no conflito com o meio em busca da sobrevivência está amparada por uma lógica darwinista que acentua o sentido bifronte da natureza como a própria essência da doutrina (Hawkins, 1997): a natureza-modelo é fundamental para a construção da própria imagem do ser humano, participante das leis naturais da evolução; a natureza-ameaça assume as formas

da onipotência, da indiferença ou da violência de suas manifestações. Os mais eloqüentes exemplos do desenvolvimento dessa terceira linha do darwinismo, a luta contra o meio, na literatura brasileira, são encontrados em narrativas que dramatizam a presença humana em espaços marcados pela extrema carência ou pela extrema abundância de recursos: a literatura sobre as secas, que se tornaram fenômenos recorrentes da vida no Nordeste brasileiro, principalmente a partir de 1877, e a literatura sobre a Amazônia, que despertava interesse crescente à medida da intensificação da atividade de extração da borracha, no final do século XIX.

Nas circunstâncias históricas que direcionaram a atenção da elite letrada para essas duas regiões, a luta pela sobrevivência tornou-se fonte de inspiração para uma literatura de fundo naturalista, que tinha como grandes questões as relações entre o humano e o natural, aí compreendida a própria natureza humana, em suas manifestações mais irracionais. De fato, a perspectiva darwinista contribuiu para a formação do naturalismo literário, que adotou alguns de seus temas: a seleção natural, as influências do meio e da hereditariedade, a interação entre indivíduos e grupos e sua influência recíproca, e, principalmente, a luta pela vida (Chevrel, 1993, p.34-5). O naturalismo põe no centro da situação dramática o peso da imposição das leis naturais sobre o ser humano que, uma vez desnudado pelas pressões do meio das camadas superficiais de civilização, seria inteiramente guiado por instintos egoístas e de sobrevivência, o que conduziria à ruptura dos códigos morais e sociais, expondo a fragilidade e a artificialidade da ordem social (Baguley, 1995).

Na literatura realista-naturalista brasileira, a dramática contradição entre as imposições da natureza e os propósitos do homem, incapaz de exercer qualquer tipo de controle ou de manipulação dos recursos produtivos, acentua as demandas de modernização institucional e produtiva defendidas crescentemente pela intelectualidade do país. De fato, o progresso técnico era uma perspectiva dis-

tante da realidade cotidiana das regiões mais selvagens do território, mas firmava-se na mente da elite culta como a única possibilidade de redenção do homem brasileiro, aparentemente destinado à derrota na luta contra a natureza.

As secas que acometeram o sertão nordestino a partir das últimas décadas do século XIX eram, sem dúvida, um objeto privilegiado para a observação da luta pela vida em seus mais extremos aspectos. Vários autores ocuparam-se do tema, desde o precursor José do Patrocínio, com seu romance-reportagem *Os retirantes*, publicado em 1879, até as versões renovadas do tema, no âmbito do regionalismo nordestino da década de 1930. Tomaremos aqui como referência a pouco conhecida e explorada obra do cearense Rodolpho Theophilo, farmacêutico e catedrático em ciências naturais que, em sua própria definição, tornou-se o "cronista dos infortúnios do Ceará".<sup>10</sup> Sua produção, tanto a científica quanto a ficcional, possui intenção declaradamente historiográfica, à medida que ele compreende a escrita em sua função exemplar e didática, capaz de influir sobre os leitores "para que meditem em nossas aflições, tirem delas ensinamentos e se aparelhem para resistir melhor do que nós, à dissolução do meio, às tentações do mal" (Theophilo, 1922a, p.6). Sua primeira obra sobre o tema, a *História da seca no Ceará*, foi publicada em 1883, numa perspectiva exclusivamente científica voltada para a análise das causas, dos condicionantes e dos resultados do fenômeno da seca, a partir de uma coleção de informações científicas e medições meteorológicas.

O primeiro romance publicado por Theophilo (1922a), *A fome – cenas da seca no Ceará*, consiste em uma espécie de ficcionalização da dinâmica darwinista da luta pela vida, com pretensões que também não se afastam de uma idéia de ciência. Afinal, *A fome* pretende ser um estudo do ser humano em condições de extrema carência de recursos. O romance narra a caminhada de um grupo de retirantes que abandona a aridez do sertão em busca do mínimo necessário à sobrevivência nas regiões mais úmidas, próximas ao litoral. Cada passo à frente significa uma que-

<sup>10</sup> Sobre a formação, a atividade profissional, a produção intelectual e o papel assumido por Theophilo na sociedade cearense, ver Victor (1923).

da, que descreve um ritmo crescente de decomposição das camadas superficiais de cultura, moral e valores que caracterizam a vida em sociedade. O esgotamento das possibilidades de sobrevivência individual acaba produzindo um homem desprovido de sua condição especificamente humana, animalizado e totalmente entregue aos instintos.

Na narrativa de Theophilo (1922a), o meio oferece ao sertanejo, inicialmente, algumas parcas alternativas de alimentação, mas a total dependência em relação à natureza o torna suscetível a sua indiferença, salvadora ou cruel. Assim, se num dado momento era possível recorrer à carnaubeira, da qual tudo se aproveitava, em outro uma família inteira acaba sucumbindo aos efeitos venenosos de uma raiz aparentemente comestível. Da luta do homem contra o homem desenrolam-se episódios que conduzem ao extremo o grotesco naturalista, pois na “luta pela sobrevivência” não há regras. Do combate contra a natureza resta uma paisagem desolada, desnudada de todas as suas formas de vida.

Ao tema da seca o escritor articularia ainda a problemática do banditismo no sertão nordestino, o que daria origem ao romance *Os brilhantes*. Nesse caso, a perspectiva darwinista de Theophilo (1972, p.246) o impulsiona a buscar também na formação racial do povo nordestino uma explicação para aquilo que, segundo ele, era seu “atávico instinto homicida”, ou seja, a herança nefasta das ditas “raças inferiores” sobre a formação étnica do povo nordestino, que o tornaria peculiarmente inclinado à violência, pouco afeito ao estabelecimento de laços estáveis com a família, a comunidade e a terra, dado a aventuras e a uma existência nômade.

A mesma interpretação, que sobrepõe à narrativa da luta contra o meio uma condenação implícita do homem nordestino, é retomada na obra mais grandiosa do escritor, *O paroxoara* (Theophilo, 1899). Seu personagem central é João das Neves, um simples homem mestiço do sertão que já se apresenta como uma vítima da seca, pois se extraviara da família retirante durante a seca de 1877.

Retornando já adulto à terra natal, ele tenta reconstruir sua vida na primitiva casa familiar, estabelecendo-se aí e constituindo sua própria família. Já em princípio, esse propósito indica, na interpretação do escritor, que seu personagem era um “mestiço superior”, capaz de fixar-se ao solo e estabelecer firmes vínculos afetivos.

A busca do sustento de sua família, na hostilidade do sertão nordestino, era renhida e heróica, pois João das Neves “viviu numa dolorosa luta contra o solo, senão esfalfado, ao menos estéril pela inconstância das chuvas” (ibidem, p.112-3). Numa tentativa de obter colheita mais farta, o sertanejo abre, com a ajuda de um mutirão de vizinhos, um novo roçado, derrubando e queimando a mata; espera a chuva, planta, e vê brotarem as primeiras sementes; bastavam então novas chuvas que regassem as plantas, mas o tempo mantém-se seco, e uma praga de lagartas destrói sua plantação; intenta um novo plantio, desfazendo-se do único bem que lhe restava, mas as chuvas novamente faltam, as novas sementes não brotam e ele se vê totalmente alquebrado de ânimo. A trajetória de esperança, esforço, entusiasmo, decepção, novo esforço, desilusão e desespero realça não tanto a destrutividade da natureza, mas sua perversidade: “Inventou a terra chamando-a de madrastra, pior ainda do que a cascavel. Esta cobra come os filhos ao nascer, pequeninos, e o Ceará faz pior do que ela, deixa crescer os filhos para comê-los depois de grandes” (ibidem, p.203) O personagem desiste, então, da agricultura e, na definição do escritor, “regride” na escala evolutiva, passando a buscar seu sustento na caça e na pesca.

A segunda parte da luta de João das Neves contra a natureza dá-se num novo cenário, a Amazônia, para onde segue, seduzido pelas promessas de fartura que conduziam ao novo eldorado verdadeiros batalhões de nordestinos que fugiam da seca. Na Amazônia a derrota não vem da restrição das formas de vida, mas de sua abundância, à qual o homem nordestino raramente se adaptava. Os inimigos estavam por toda parte, eram insetos, animais ferozes, índios selvagens e epidemias palustres que a poucos poupa-

vam. Doravante, além de lutarem contra a natureza, lutarão os homens também entre si, pois os “mais fortes” não hesitavam em escravizar e explorar os “mais fracos”. Novamente derrotado pelo meio, João das Neves retorna à terra natal já condenado pela malária. Sua mulher agonizava e todos os seus quatro filhos haviam morrido de fome.

A conclusão de Theophilo (1899, p.474-82) é, sem dúvida, espantosa. Depois de narrar com cores vivas a luta do homem pela sobrevivência nas duras condições do sertão nordestino, demonstrando seu trabalho penoso e disciplinado, e retratando a solidariedade de sua vivência comunitária, depois de descrever em tom heróico as penosas condições do trabalho nos seringais e as tentativas de adaptação ao meio hostil da Amazônia, o escritor acaba por condenar o sertanejo por sua própria miséria, atribuindo o êxodo nordestino à cobiça, ao sonho da riqueza fácil, ao fatalismo inato e aos atávicos instintos nômades das ditas “raças inferiores”. O darwinismo social, em sua vertente racista, cavava assim um fosso profundo entre o povo e a elite letrada que, mesmo quando pretendia acercar-se da miséria, acabava por justificá-la.

Rodolpho Theophilo expressa um pensamento tão difundido em sua época que mais fácil seria nomear seus críticos.<sup>11</sup> Na literatura sobre a Amazônia, a mais perfeita expressão desse pensamento pode ser encontrada em *Os seringais*. Nesse livro, o jornalista Mário Guedes (1914) busca retratar a recente ocupação da região amazônica, mas não sem antes explicitar o sentido histórico que nela vislumbrava. Segundo ele, “a lei da evolução natural das coisas” indicava que a civilização caminhava dos climas temperados para os climas quentes. Isso porque apenas o progresso científico tornaria possível gerar os meios de sobrevivência nos climas “menos favorecidos”, ou seja, os tropicais e equatoriais. Nesse sentido, a Amazônia acabaria por ser uma das últimas terras do planeta a serem civilizadas, mantendo uma imensa reserva de recursos para a humanidade. Naquele início do século XX, a imigração européia consistia, na visão do autor, no maior fator de

<sup>11</sup> Dentre os mais notáveis críticos do racismo científico no Brasil, citam-se Clóvis Beviláqua, Alberto Torres, Manuel Bonfim e Araripe Jr. Ver, a respeito, Murari (2007, c.2).

progresso, transportando as conquistas da civilização para regiões onde essa não teria condições de desenvolver-se espontaneamente. Na Amazônia, contudo, essa dinâmica de expansão civilizacional dependeria de que fossem suavizados os caminhos para o ingresso do imigrante, abrandando as asperezas naturais, o que, na definição do escritor, era um papel a ser desempenhado pelo trabalhador nacional, notadamente o nordestino. Segundo ele:

O que perdemos, por um lado, no centro do País, ganhamos, por outro, no extremo.

Certamente que tal compensação custa muita dor, muita lágrima, muito sofrimento.

Mas qual tem sido a história da civilização para chegar ao estado atual senão o resultado de tudo isso?

Portanto, lamentação, nesse caso, seria pieguismo.

Não se compreende progresso sem luta, sem trabalho, seja ele de que espécie for. Pois o progresso é a resultante de um duelo entre o homem e a natureza.

E o mundo com sua técnica no referente a todo esse progresso e ao que lhe diz respeito, é uma espécie de Maquiavel, cujos fins justificam os meios. (Guedes, 1914, p.75-6)

Daí se depreende que, se as secas não tivessem acometido o Ceará, o progresso observado na Amazônia naquele momento não teria sido possível. Isso porque apenas o homem do sertão seria capaz, por sua adaptação aos trópicos, sua força e resistência física, sua grande capacidade de sofrimento e resignação, de suportar o clima amazônico, que vitimaria mesmo o brasileiro do Centro-Sul. Assim, a presença do homem branco da Amazônia só era, segundo o autor, observada em regiões já desbravadas pelo sertanejo, que derrubara a mata e drenara os pântanos, ainda que à custa de elevada mortalidade. Por meio da luta contra a natureza da Amazônia, do enfrentamento de suas feras, seus insetos, suas águas pestíferas, o bravo homem nordestino desempenharia a função essencial de estabelecer um povoamento inicial que representasse a melhoria das condições sanitárias da região. Mesmo fa-

zendo questão de afirmar que, em princípio, o mestiço era um ser desequilibrado e incompleto, o autor atribui à sua epopéia amazônica um grande papel na história brasileira, e por que não dizer, na história da humanidade. “Foi ele que, perdendo a vida e a saúde, deu saúde e vida àquele meio” (Guedes, 1914, p.95). Portanto, enquanto os países europeus despendiam fortunas no desbravamento da África, ao Brasil nada vinha custando o trabalho do sertanejo, que afinal adquire um elevado sentido:

Porque a verdade é que só ele, pela sua compleição consequente do cruzamento, seria um elemento efetivo para semelhante obra, rudimentar, é certo, mas imprescindível para os grandes empreendimentos de mais tarde.

De resto, isso obedece à lei de evolução natural das cousas. O mestiço está sendo acolá o precursor do progresso, está ‘aplainando os caminhos do Senhor’, para o levantamento das futuras civilizações, para o triunfo das raças mais fortes, que têm por isso mesmo mais do que ele direito à vida. (ibidem, p.97)

A conclusão do jornalista ecoa a sugestão de Quincas Borba a Brás Cubas, quando falece sua noiva Eulália. Afinal, também aqui há na morte um fim brilhante, do qual o narrador considera-se beneficiário, como homem branco e civilizado. Isso, claramente, desperta nele, como no filósofo do humanitismo, um “secreto encanto” pela sua própria sobrevivência, ou pela sobrevivência de seu grupo, sinal evidente de superioridade. Como a Brás Cubas, a idéia de Mário Guedes deve nos soar demasiadamente absurda para ser levada a sério, mas convém não desprezar as consequências do darwinismo social, com sua lógica egoísta, finalista, amoral e agressiva, quando visto em perspectiva histórica. Afinal, quando a paródia e o real se confundem, parecem ter-se perdido os fundamentos de nossa própria racionalidade.

## Referências

- AFFONSO CELSO. *Porque me ufano do meu paiz: right or wrong, my country*. 3.ed. rev. Rio de Janeiro: Garnier, [191-]. [1.ed. 1900].
- ARINOS, Affonso. A fuga. In: \_\_\_\_\_. *Pelo sertão*. Rio de Janeiro: Garnier, 1898a.
- \_\_\_\_\_. Desamparados. In: \_\_\_\_\_. *Pelo sertão*. Rio de Janeiro: Garnier, 1898b.
- ASSIS, Machado de. A nova geração [1879]. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1955. v.29, p.180-244.
- \_\_\_\_\_. *Quincas Borba*. São Paulo: Klick, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- BAGULEY, David. *Le naturalisme et ses genres*. Paris: Nathan, 1995.
- BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 11.ed. São Paulo: Ática, 1993.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Edusp, 1986.
- BECQUEMONT, Daniel. Aspects du darwinisme social anglo-saxon. In: TORT, Patrick. (Org.) *Darwinisme et société*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992. p.137-59.
- BECQUEMONT, Daniel; MUCCHIELLI, Laurent. *Le cas Spencer: religion, science et politique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.
- BILAC, Olavo; BOMFIM, Manuel. *Atravez do Brasil: narrativa – livro de leitura para o curso medio das escolas primarias*. 7.ed. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo; Paris: Aillaud, 1921.
- BOWLER, Peter J. *Darwinism*. New York: Twayne, 1993.
- CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis In: \_\_\_\_\_. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1988a.
- \_\_\_\_\_. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo: Edusp, 1988b.
- CHEVREL, Yves. *Le naturalisme: étude d'un mouvement littéraire international*. 2.ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.
- COELHO NETTO. *Miragem*. 4.ed. Porto: Chardron, 1926.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CUNHA, Euclides da. Nativismo provisório. In: \_\_\_\_\_. *Contrastes e confrontos*. 6.ed. Porto: Chardron, 1923a. p.219-27.

\_\_\_\_\_. A Arcadia da Alemanha. In: \_\_\_\_\_. *Contrastes e confrontos*. 6.ed. Porto: Chardron, 1923b. p.31-40.

\_\_\_\_\_. *Os sertões*. Edição crítica por Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1985.

DROUARD, Alain. Aux sources de l'eugénisme français. *La Recherche*, Paris, n.277, p.648-54, 1995.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: impostura e realismo*. Uma interpretação de *Dom Casmurro*. Trad. Fernando Py. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

GUEDES, Mario. *Os seringaes*: pequenas notas. Rio de Janeiro: Typographia de Martins de Araújo & C., 1914.

GUMPOWICZ, Luís. *La lucha de razas*. Madrid: La España Moderna, 1940.

HAWKINS, Mike. *Social darwinism in European and American thought, 1860-1945 – nature as model and nature as threat*. Cambridge: Cambridge University, 1997.

KOCH, Ana Maria. *Intertextualidade em Memórias póstumas de Brás Cubas*. Porto Alegre, 2004. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota*. A construção de *Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MORTON, Peter. *The Vital Science: Biology and the Literary Imagination, 1860-1900*. London: George Allen & Unwin, 1984.

MURARI, Luciana. *Brasil: ficção geográfica*. Ciência e nacionalidade no país d'*Os sertões*. São Paulo: Annablume, 2007.

ORLANDO, Artur. O crime [1904]. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio de crítica*. São Paulo: Grijalbo, Edusp, 1975. p.100-40.

RAMOS, Hugo de Carvalho. Tropas e boiadas. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*. São Paulo: Panorama, 1950. v.1.

SAID, Edward. *Orientalismo*. *O Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SPENCER, Herbert. *Princípios de sociologia*. Second Volume. Trad. M. E. Cazelles. 2.ed. Paris: Germer Baillièrre et Cie., 1880.

TEOPHILO, Rodolpho. *Historia da seca no Ceará (1877-1880)*. Fortaleza: Typographia do Libertador, 1883.

\_\_\_\_\_. *O paraára*. Ceará: Louis Cholowiecki, 1899.

\_\_\_\_\_. *A fome*: cenas da seca do Ceará. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922a.

\_\_\_\_\_. *A sedição do Joazeiro*. São Paulo: Revista do Brasil, 1922b. p.6.

\_\_\_\_\_. *Os brilhantes*. 3.ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1972.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros*: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v.1.

VICTOR, Nestor. Perfis de escritores nacionais: conferência realizada a 30 de outubro de 1915, pelo Sr. Nestor Victor. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.40, 1923.

WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu: a fase cientificista. In: \_\_\_\_\_. *A invenção da história*: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994. p.169-216.

WILLIAMS, Raymond. Social darwinism. In: \_\_\_\_\_. *Problems in Materialism and Culture*. London: Verso, 1997. p.86-102.

YOUNG, Robert. Darwinism is social. In: KOHN, David. (Ed.) *The Darwinian Heritage*. Princeton: Princeton University, 1985a. p.609-38.

\_\_\_\_\_. *Nature's place in victorian culture*. Cambridge: Cambridge University, 1985b.